

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

Av. Rio Branco n.147, 20º and.
Rio de Janeiro - GB.

I/Cte - Bibl/101

Em 12 de março de 1970

Prezados Senhores,

A Biblioteca do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, tem o prazer de lhes enviar, como permuta, as publicações CNRH cujas referências correspondem aos nossos números: 115

Antecipadamente agradecemos a confirmação do recebimento.

Atenciosamente

Fernanda Machado Pinto
Bibliotecária

Biblioteca do CNRH
Av. Rio Branco, n.147 - 20º and.
Rio de Janeiro - GB. - ZC-21

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

CNRH - Área de Mão-de-Obra.

CNRH/ser. MO/DT

Doc. 115

27 de janeiro de 1970

ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO DA MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO

Preliminar
Distribuição restrita

SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL
- 3 - A DISCRIMINAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
- 4 - CONCLUSÃO

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

TÉCNICOS DA ÁREA DE MÃO-DE-OBRA

Allan Broehl (perito da USAID)
Cláudio Leopoldo Salm
Edson Machado de Sousa

COORDENADOR

Edson Machado de Sousa

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH

Arlindo Lopes Corrêa

ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO DA MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO (*)

1 - INTRODUÇÃO

A evolução da taxa de atividade feminina no Brasil é assunto que já mereceu uma atenção bastante razoável dos cinco principais estudos sobre mão-de-obra feitos no IPBA (1). Por este motivo preferimos não insistir neste aspecto da discriminação feminina, limitando-nos apenas a resumir as principais observações de queles estudos a este respeito:

- 1 - A dificuldade em estimar com precisão o grau de participação feminina no setor primário através dos censos. "Em áreas onde predominam economias de subsistência... a distinção entre atividades "domésticas" e "econômicas" foge às tácitas normas de classificação, passando a depender do julgamento subjetivo do agente censitário ou das motivações psicológicas do respondente em ver-se classificado de uma ou de outra forma" (ver o terceiro estudo citado).
- 2 - A baixa taxa de atividade nos setores não agrícolas em termos de comparações internacionais. Aquela taxa somente se eleva (e exatamente nas

(*) Este documento é de responsabilidade do CENRH e foi elaborado por CLAUDIO LEOPOLDO SALM, Técnico do Setor de Mão-de-Obra.

(1) - a) BRASIL, IPEA - Diagnóstico preliminar, desenvolvimento social - Educação (I, II) |Rio de Janeiro| 1966 (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social)
 b) O'BRIEN, F.S - The Brazilian population and labor force in 1968. Rio de Janeiro, IPEA, mar. 1969.
 c) BROEHL, Allan - Aspectos da força de trabalho no Brasil... Rio de Janeiro, IPEA/CENRH, jan. 1970 (CENRH/Ser.MO/DT, Doc. 113)
 d) COSTA, Manuel A. - Aspectos demográficos da população economicamente ativa. |Rio de Janeiro| IPEA, nov. 1968.
 e) SA. Graciano, coord - Aspectos econômicos e demográficos de mão-de-obra no Brasil (1940/1964) |Rio de Janeiro| IPEA, set. 1969.

regiões mais pobres), na medida em que a mulher possa combinar o trabalho com as afazeres domésticos, ou seja, como trabalhadora por conta própria ou membro não remunerado da família.

- 3 - a participação feminina se concentra nos grupos de idade mais jovens, caindo drasticamente por volta dos 20 anos. Esta tendência é até certo ponto normal devido ao casamento e à educação dos filhos. Mas, "ao contrário do que ocorre nos E.E.UU., as mulheres não retornam à força de trabalho depois que seus filhos atingem certa idade" (ver o quinto estudo citado).

Apenas para dar uma idéia da distância que nos separa dos países desenvolvidos quanto à participação feminina, observe-se os números do Quadro abaixo.

QUADRO I

NÃO-DE-OBRA FEMININA COMO PERCENTAGEM DAS MULHERS ENTRE 15 E 64 ANOS (a)

BRASIL (1968)	E.E. UU. (1960)	EUROPA OCIDENTAL (1960)
25,3	43,2	46,5

FONTES: Brasil - "BRASIL - IBGE - Anuário Estatístico ... 1969"
 Outros - "Denison, E.F - Why Growth Rates Differ ...
 Washington, D.C. The Brookings Inst. 1967".

- (a) Inclui também atividades agrícolas. Para o Brasil, as cifras se referem ao grupo de 14 a 64 anos.

Um dos indicadores mais sólidos e indiscutíveis de desenvolvimento econômico é, sem dúvida, a ampliação do mercado de trabalho. Ou seja, a crescente participação da categoria "empregados" no total da utilização da mão-de-obra de um País, em detrimento de outras formas como "proprietários", "trabalhadores por conta própria" ou "membros não remunerados das famílias". O Quadro abaixo ilustra este fato.

QUADRO II

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS NA
FÔRÇA DE TRABALHO

EE.UU. 1968 (a)	EE. UU. 1947 (a)	BRASIL S/NORDESTE 1968 (b)	NORDESTE 1968 (b)
92,3	87,0	78,0	57,6

(a) Statistics on Manpower; U.S. Department of Labor, março 1969
(Supplement to the manpower report of the President)

(b) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Rio de Janeiro - IBGE/IBE (4º trim. 1968)

A presença cada vez maior do trabalho feminino neste mercado é outro indicador importante. Reflete, entre outras transformações, a maior ou menor rapidez com que uma sociedade absorve o progresso tecnológico na medida em que este vem eliminando o número de funções "típicas" de homens ou de mulheres, impondo também mudanças nos hábitos e valores no sentido de maior democratização.

Enquanto na Guanabara, Estado do Rio e São Paulo o trabalho feminino assalariado já atinge cerca de 85% das mulheres ativas, e no Sul, Minas e Espírito Santo está por volta de 66%, no Nordeste ainda não chega aos 50% segundo o PNAD.

De modo geral, no Brasil a proporção de mulheres que apenas estudam, na faixa etária de 14 a 19 anos, é superior à

homens (ver Quadro III). Isto só não se verifica nas regiões mais avançadas (GB, RJ e SP) mas é bastante acentuado nas regiões mais pobres onde os homens começam a trabalhar mais cedo. No entanto, é o maior investimento relativo que a mulher faz em educação entre os 14 e 19 anos, não parece visar o mercado de trabalho pois enquanto a taxa de atividade masculina (já alta entre os menores) aumenta muito ao passar para o outro grupo de idade (20 a 24), a da mulher praticamente não se altera^(*). Enfim, a mulher permanece mais tempo na escola mas tende a dedicar-se logo às atividades domésticas sem passar pelo mercado de trabalho. Mais adiante retomaremos com maior detalhe este desvinculamento entre a educação - pelo menos a educação superior - e o trabalho, que se verifica para as mulheres. Junto com a discriminação salarial, serão os dois tópicos que veremos quanto à situação da mulher no mercado de trabalho.

(*) Como se pode observar, a Guanabara é uma exceção importante.

QUADRO IIIPOPULAÇÃO DE 14 A 19 E DE 20 A 24 ANOS PORATIVIDADES SEGUNDO O SEXO E AS REGIÕES (*)

REGIÕES E SEXO	TOTAL	ESTUDAM		NA FÔRÇA DE TRABALHO		OUTRAS (ATIVIDADES DOMÉSTICAS)		
		14-19	20-24	14-19	20-24	14-19	20-24	
I	Homens	100	42,2	7,8	48,2	87,6	9,6	4,6
	Mulheres	100	39,9	7,5	25,1	38,0	35,0	54,5
II	Homens	100	26,6	4,9	69,7	93,5	3,7	1,5
	Mulheres	100	25,9	5,9	44,7	46,9	29,4	47,0
III	Homens	100	15,3	1,5	81,2	95,6	3,5	2,8
	Mulheres	100	21,1	2,8	45,1	48,7	33,8	48,5
IV	Homens	100	17,9	4,1	78,8	93,7	3,3	2,1
	Mulheres	100	22,6	4,4	34,4	38,1	43,0	57,4
V	Homens	100	20,4	3,9	76,8	94,1	2,8	2,0
	Mulheres	100	25,1	4,7	39,1	40,1	35,8	55,3
BRASIL	Homens	100	22,2	4,1	74,0	93,5	3,8	2,4
	Mulheres	100	25,6	4,3	39,2	42,7	35,2	52,4

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD
Rio de Janeiro, IBGE/IBE (4º trim. 1968)

- I - GB e RJ
- II - SP
- III - SUL
- IV - MG e ES
- V - Nordeste

2 - A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

As diferenças de remuneração entre os sexos no Brasil é marcante. Em média a remuneração das mulheres situa-se por volta dos 80% da dos homens. Esta diferença não pode ser explicada pelo nível de instrução, uma vez que este é geralmente mais elevado para as mulheres como mostra o quadro abaixo:

QUADRO IV

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS EMPREGADOS POR SEXO
SEGUNDO AS REGIÕES (RELATIVOS HORIZONTAIS)

REGIÕES	ANALFABETOS		ELEMENTAR		MÉDIO		SUPERIOR	
	H	M	H	M	H	M	H	M
GB e RJ	9,7	10,2	59,5	49,1	25,5	34,2	5,3	6,4
SP	10,7	8,9	66,5	61,0	19,2	27,5	3,5	2,6
Sul	15,1	13,1	64,3	51,7	17,7	32,7	2,9	2,5
MG e ES	26,2	21,6	58,6	46,7	13,0	29,2	2,2	2,6
Nordeste	42,1	35,3	46,3	40,1	9,4	22,1	2,1	2,4

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. Rio de Janeiro, IBGE/IBÉ (4º trim. 1968)

Uma explicação, que não a discriminação pura e simples, poderia ser o menor número de horas trabalhadas pelas mulheres. Realmente isto se verifica. Enquanto aproximadamente 92% dos homens nas atividades urbanas trabalham mais de 34 horas semanais, apenas 70% das mulheres o fazem, segundo o PNAD. Mas, também aqui notamos um elemento importante de discriminação das mulheres. O subemprego visível, i.é., o número de pessoas que trabalham em tempo parcial mas que prefeririam trabalhar em tempo integral é bem mais elevado entre as mulheres. Para o conjunto do País a proporção das mulheres subempregadas nestes termos é quatro vezes superior à dos homens:

QUADRO VPERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM SUPERPRÉCIOVISÍVEL, POR REGIÃO SEGUNDO O SEXO

	GB E RJ	SP	SUL	MG E ES	NORDESTE	TOTAL
H	1,8	1,9	3,7	2,8	5,3	3,1
M	4,4	8,3	15,0	13,0	18,8	12,8

Na indústria de transformação há indicações de que as diferenças salariais são importantes. Assim que forem processados os dados da "lei dos 2/3", será fácil verificar com precisão a aquelas diferenças. Mas os primeiros resultados, de São Paulo, para 1968, já permitem notar uma tendência de salários inferiores para as mulheres. Aproximadamente 65% das mulheres ocupadas na indústria trabalham em ramos industriais de "baixos salários", principalmente têxtil, fiação e tecelagem (34,4%); calçados e vestuário (15%) e produtos alimentícios (8%). Nos dois primeiros ramos, mais da metade dos empregados são mulheres. Que sejam ramos de baixa produtividade não importa muito, pois a baixa produtividade pode perfeitamente ser resultado, em parte, dos baixos salários pagos (*).

Para o conjunto das atividades econômicas, o Quadro VI mostra de forma bem clara a discriminação salarial que sofre a mulher em cada nível educacional.

(*) Deve ser assinalado que aproximadamente 16% das mulheres trabalham em ramos que pagam salários bem acima da média, como Química, Farmacêutica, Material Elétrico e Eletrônico, onde a participação feminina é de 29 e 18% respectivamente.

QUADRO VI

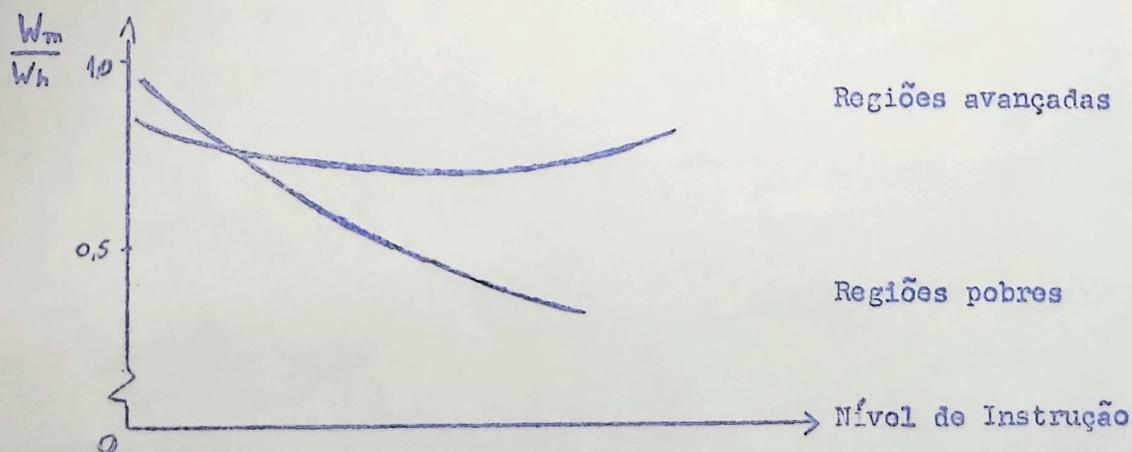
SALÁRIOS DAS MULHERES EM RELAÇÃO AOS SALÁRIOS DOS HOMENS
POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO SEGUNDO AS REGIÕES - "EMPREGADOS"

REGIÕES	TOTAL	ANALFABETOS	ELEMENTAR	MÉDIO 1º CICLO	MÉDIO 2º CICLO	SUPERIOR
I-GB e RJ	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
II-SP	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
III-Sul	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
IV-MG e ES	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
V-Nordeste	0,86	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD
 Rio de Janeiro, IBGE/IBE (4º trim. 1968)

Do quadro resultam algumas observações interessantes:

- 1 - Quanto mais pobre uma região, menor a diferença salarial em média, mas à medida que aumenta o nível de instrução a discriminação é muito maior que nas regiões mais avançadas. A idéia pode ser expressa pelo diagrama abaixo, no qual o eixo vertical mede a relação entre o salário feminino (W_m) e o dos homens (W_h), e o eixo horizontal o nível de instrução



Numa tentativa de explicação, o fenômeno pode decorrer do fato de que os salários, em geral, até o nível de instrução OA são tão baixos nas regiões pobres que simplesmente não comportam maior discriminação.

- 2 - Com exceção de São Paulo, há uma queda acentuada do salário relativo das mulheres que alcançaram o 2º ciclo do nível médio. É provável que entre como fator de peso aqui os salários das professoras primárias (*). A maior diversificação da economia paulista parece poder oferecer maior número de ocupações alternativas para as mulheres com este nível.
- 3 - Ao contrário do que era de se esperar, a discriminação ocorre também no nível superior, sendo que de forma extremamente acentuada no Nordeste. Paradoxalmente, é a região que menos discrimina as mulheres na universidade, como veremos.

A análise que segue busca lançar alguma luz sobre este fenômeno ou seja, saber até que ponto a formação universitária feminina vem sendo ou não um "instrumento de trabalho".

3 - A DISCRIMINAÇÃO NO NÍVEL SUPERIOR

Ao longo dos anos 60 a participação da mulher na universidade aumentou substancialmente. De aproximadamente 26% em 1959, a matrícula feminina no ensino superior passou a 34% em 1968. No entanto, vemos que este maior acesso da mulher à universidade não significa necessariamente que o poder de competição da mulher esteja aumentando na mesma proporção. Em outras palavras, os mecanismos de discriminação quando não são impostos diretamente pelo mercado, atuam do lado da formação educacional no sentido de encaminhar as mulheres mais para certos cursos e os homens para outros. É claro que aqui em boa medida é a própria consciência feminina que assume a discriminação. Assim, os menores salários relativos pagos às mulheres de nível superior podem estar ligados à formação essencialmente distinta que são levadas a buscar.

(*) Esta hipótese deve ser cuidadosamente testada. Quanto à queda do salário, note-se que no Nordeste ocorre já no 1º ciclo.

Dividimos os cursos universitários em três categorias segundo o seguinte critério: como a participação das mulheres na matrícula total em 1968 foi de 34% (*), aqueles cursos que continham uma participação feminina dentro dos limites (arbitrários) de 25 e 45% foram considerados cursos "mistos". Uma participação feminina inferior a 25% define então os cursos "masculinizados" e acima de 45%, "feminilizados".

Para o Brasil como um todo em 1968, temos a seguinte distribuição dos cursos universitários segundo o critério estabelecido:

C U R S O S

MASCULINIZADOS	MISTOS	FEMINILIZADOS
1 - Economia e Administração	1 - Farmácia	1 - Biblioteconomia
2 - Direito	2 - Odontologia	2 - Enfermagem
3 - Engenharia	3 - Arquitetura	3 - Filosofia
4 - Medicina	4 - Educação Física	4 - Serviço Social
5 - Agricultura	5 - Médico Biológico	5 - Artístico
6 - Química Industrial	6 - Tecnologia de Alimentos	6 - Jornalismo
7 - Veterinária		7 - Fisioterapia
8 - Estatística		8 - Nutrição
9 - Geologia		9 - Relações Públicas
10 - Agrimensura		10 - Administração Doméstica
11 - Engenharia de Operações		11 - Professores pa- ra ensino Normal
12 - Diplomacia		12 - Desenho Industri- al
13 - Criminalística		13 - Museologia

(*) 93.354 mulheres num total de 274.337 alunos. Todos os dados desta parte foram tirados da Sinopse Estatística do Ensino Superior, MEC, 1968 ou quando fôr o caso, 1959.

Repetindo o mesmo critério para as regiões, respeitando a participação feminina na matrícula total em cada uma, obtém-se um quadro que repete no essencial o padrão acima. As exceções mais importantes são: Na Guanabara e Estado do Rio, o São Paulo, Direito já é um curso misto; Farmácia em São Paulo é feminilizado; Veterinária em São Paulo já é misto; Educação Física em Minas e Espírito Santo, e nos três Estados do Sul é feminilizado; e no Nordeste, Estatística já é misto.

Mas apesar da distribuição dos cursos por sexo ser muito parecida, existem entre as regiões algumas diferenças interessantes quanto à frequência em cada tipo de curso:

QUADRO VII

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA E POR TIPO DE CURSO SEGUIDO AS REGIÕES

REGIÕES	PARTICIPAÇÃO % DA MULHER NA UNIVER- SIDADE	INTERVALO% QUE DEFINE OS CURSOS "MISTOS"	% DO TOTAL DE MULHERES EM CURSOS "MISTOS" (A)	% DO TOTAL DE MULHERES EM CURSOS "MASCULINI- ZADOS" (B)	SOMA (A+B)
GB, RJ	30,8	22 - 42	23,3	13,7	37,0
SP	31,6	22 - 42	18,9	6,5	25,4
SUL	35,0	25 - 46	6,2	16,7	22,9
MG, ES	33,3	24 - 44	4,4	19,1	23,5
NORDESTE	41,4	32 - 52	10,9	31,1	42,1
BRASÍLIA	30,7	22 - 42	1,4	38,8	38,3
NORTE, CO	37,9	29 - 49	3,5	35,0	38,5
BRASIL	34,0	25 - 45	6,7	24,2	30,9

Note-se em primeiro lugar o reduzido número de cursos "mistos", que mostra a formação bem diferente que recebem os

dois sexos. Apenas 6,7% das mulheres estavam matriculadas em cursos mistos, pelo critério adotado. Dessa mulheres, aproximadamente 2/3 estavam fazendo odontologia ou farmácia.

Repara-se também que não fica evidente qualquer relação entre o grau de desenvolvimento econômico de uma região e o maior acesso da mulher à universidade ou o maior poder de competição com os homens. Antes o contrário. No Estado mais desenvolvido do País, a discriminação é das maiores - só 6,5% das universitárias em São Paulo estavam em cursos onde predominavam os homens, enquanto no Nordeste encontramos quase um terço das mulheres nêstes cursos.

Entre 1959 e 1968, a matrícula feminina nos cursos de Filosofia aumentou a uma taxa anual de quase 20%, superior à expansão da matrícula feminina total. Assim, a proporção de mulheres que se matriculam nos cursos de Filosofia aumentou (48% em 1959, 56% em 1968). Também de 1959 a 1968, subiu consideravelmente a participação feminina no total de alunos de Farmácia (de 38,5 para 44%), Odontologia (de 17,7 para 31,5%) e Arquitetura (de 14,2 para 31,5%). No entanto, sabemos que os formados nos três primeiros desses cursos tendem a ser relativamente mal pagos (*). Manipulando uma amostra do censo de 1960, A. J. Rogers III(**) fez um estudo da taxa de retorno dos seguintes cursos superiores: Agronomia, Direito, Economia, Engenharia, Farmácia, Filosofia, Odontologia e Medicina, para a Guanabara, Santa Catarina, Espírito Santo e Região Norte. Com exceção dos agrônomos na Região Norte, invariavelmente Filosofia, Odontologia e Farmácia mostraram as menores taxas de retorno privado, sendo que Filosofia na Região Norte e Santa Catarina, e Farmácia no Espírito Santo revelaram taxas negativas(***) .

(*) - Não temos informações precisas sobre a situação dos arquitetos

(**) - "Professional Incomes and Rates of Return to Higher Education in Brazil". Tese de PhD não publicada.

(***) - O estudo sobre "Concentração de Profissionais no Brasil", do CENH/1PLA, Jan. 1970, confirma a situação dos farmacêuticos no Espírito Santo, onde haveria um "excesso".

Portanto, a maior participação das mulheres nos cursos de Farmácia e Odontologia não deve ser visto simplesmente como uma conquista das mulheres. Pode estar ocorrendo apenas uma substituição, no sentido de que os homens, mais atentos à rentabilidade relativa das carreiras que escolhem, estejam se afastando de tais cursos (*).

4 - CONCLUSÃO

A discriminação feminina no mercado de trabalho no Brasil se manifesta pelo menos em quatro aspectos:

- 1 - Baixa taxa de atividade, já estudada em outros trabalhos do IPEA.
- 2 - Grande parte das mulheres em "condições inativas", mesmo que não pressionem o mercado de trabalho e a rigor portanto não podem ser consideradas desempregadas, estariam dispostas a trabalhar se o mercado oferecesse maiores oportunidades. Uma indicação disto é a grande proporção de mulheres que trabalhando em tempo parcial revelam desejo de trabalhar em tempo integral.
- 3 - Apesar do nível de instrução das mulheres não ser inferior ao dos homens, a mulher recebe de modo geral remuneração inferior.
- 4 - A formação educacional da mulher, pelo menos no nível superior é inadequada para enfrentar o problema (**). Ao se preparar para o mercado de trabalho já o faz tendo em vista evitar carreiras que são tidas como "mais para homens". Isto pode ser devido ao fato de muitas mulheres encararem a preparação profissional como atividade secundária ou, se realmente tiverem intenção de trabalhar, veem o trabalho apenas como complemento do orçamento familiar. Não atribuem à educação um papel econômico, aceitando assim os preconceitos que tendem a afastá-las da produção.

(*) - De fato, enquanto entre 1959 e 1968 a matrícula total masculina aumentou em 12% a.a., a matrícula masculina em Odontologia e Farmácia cresceu apenas a 2,4 e 6,9% a.a. respectivamente.

(**) - No Nordeste, onde as mulheres mostram uma agressividade maior neste sentido, tem que enfrentar um mercado de trabalho mais discriminador.

O PLANO DOURADO

I

Na Alemanha, neste século, não faltaram tentativas para garantir, através de medidas legislativas, e dentro de um plano centralizador, a construção de instalações para recreio, jogos esportivos e esportes nos municípios. Todas as propostas, em qualquer época apresentadas, e por quem quer que o fizesse, partiam sempre, em última análise, do pressuposto de que os municípios sozinhos não tinham condições de levantar os fundos necessários para a criação de uma rede densa e interarticulada de instalações desportivas. Se por um lado era proposto um pedido firmemente esboçado dentro das diretrizes do plano diretor de construções de cada município, por outro lado se procurava levar a Nação e as Regiões a possibilitarem, através de subsídios financeiros, a execução da tarefa pelos municípios. De 1912 a 1950 nada se alterou nessa concepção básica sobre o fundamento para as instalações para desporto.

Já em 1912, e mais tarde, em 1920, a Comissão Federal para (x) Desporto, naquela época o organismo de cúpula de todas as agremiações de ginástica e esporte, inclusive de diversos grêmios juvenis, encaminhou, às entidades parlamentares do País e das Regiões projetos de lei correspondentes às suas esferas. Para 1920 o professor Carl Diem, Secretário Geral da Comissão orçou em 1,6 bilhões de "Reichsmark" a despesa para a construção de novas instalações, tomando por base 3m² de área por habitante. As instalações seriam construídas em 30 anos e a Nação e cada Região participaria, durante todo esse tempo, com 10 milhões de RM anualmente. De acordo com essa proposta recairia sobre os municípios cerca de 35 milhões de RM. As determinações de execução previam as seguintes regulamentações (1920):

(x) Na margem direita do período:

"Já em 1912.... há em negrito o seguinte: Projeto para uma Lei de praças de esporte nacionais 1912 e 1920.

1º - Área mínima aproveitável para jogos desportivos
Devem ser construídos englobadamente 3 m^2 de área mínima de instalações aproveitáveis, a saber, $0,5 \text{ m}^2$ para recreação livre de crianças até 10 anos e $2,5 \text{ m}^2$ tanto para a educação física obrigatória e recreativa de escolares, como também para os jovens egressos das escolas e a população em geral.

2º - Zona de influência da área para recreação
A distribuição das áreas de recreação deve orientar-se dentro de seus limites pela densidade populacional, de tal forma a subordinar-lhe uma zona de influência de 2 km. No interior dessa zona as praças de recreio devem ter uma área total de 3 m^2 por cabeça dos moradores da periferia.

3º - Área mínima das áreas para jogos esportivos
Das áreas para recreação, utilizáveis, descritas nos itens 1º e 2º deve-se montar:

25% locais de 0,5 a 1 ha

25% locais de 1 a 2 ha

50% locais de 2 e mais hectares.

Em pequenos municípios a exigência mínima é de um local de 0,5 a 1 ha. Todas instalações maiores de 1 ha têm que ser vedadas ao uso público.

A política de construção de praças de esportes de um Estado reconhece-se nestas regras, que hoje já podem ser consideradas clássicas, constantes de propostas que, infelizmente, não passaram de projeto. Há dezenas de anos são aplicadas com sucesso em outros países, motivadas pelo reconhecimento de que tudo deve ser feito para a saúde, a segurança e o bem estar dos cidadãos. Este reconheci-

mento houve e há também na Alemanha e se manifestou em disposições e ordens básicas. Mas, por demasiado tempo - e até hoje - a assistência do Estado ficou restrita à defesa de perigos e calamidades eminentes e diretos. A importância de medidas preventivas não foi reconhecida, e foi nisso que afinal sossobrou a grandiosa experiência da Lei das Instalações para Esporte de 1920, apesar de sua penetrante e previdente motivação, na qual constava:

- (x) "É um superior dever da legislação dar à nova geração a liberdade para um desenvolvimento saudável e o espaço vital necessário em campos de jogos e esportes. A fuga ao mar de pedras das moradias humanas, escritórios e fábricas só é ainda possível em pequena escala. Um substituto concentrado para a livre movimentação na natureza em geral só é possível em campos de recreação e esporte suficientemente grandes e modelarmente construídos, que, por isso mesmo são uma condição básica da vida.

O aumento da capacidade física nos campos de jogos e esportes é uma reação fisiológica necessária contra o crescente desgaste físico e nervoso da vida hodierna. Viver não significa "ter vida" mas "ter saúde". A responsabilidade, com a assistência ao bem-estar da população, que está confiada aos poderes públicos, Nação, Estado e Municípios, não se pode verificar com mais clareza do que na própria população".

II

Esta era, pois, a motivação no ano de 1920! A Sociedade Olímpica Alemã pôde, em seu "Memorandum ao Plano Dourado" publicado em 1960, demonstrar como está o "Bem-estar da população" hoje, decorridos 40 anos:

Nesta citação, há na margem a seguinte nota:

- (x) Motivação do projeto de lei de 1920

(x) "A freqüência de distúrbios crônicos da saúde na idade pré-escolar e escolar subiu, em média, em quase 50%. A necessidade de tratamento de jovens comerciários aumentou num espaço de tempo de 5 anos, de 18% a 33%.

Apesar da existência de contratos para trabalho em tempo integral dois terços de todas as classes de trabalhadores são eliminados do mercado de trabalho 10 anos antes da idade limite.

As investigações da Sociedade Alemã Rural confirmam que até 60% da população rural está necessitada de tratamento médico. Os prejuízos constatados referem-se essencialmente ao esqueleto, como também ao coração e circulação. Aparecem nas mesmas proporções nas pessoas de 30 como nas de 50 anos. As doenças do coração e da circulação encabeçam agora com a incidência de 40% (em 1950 ainda era 21%) as estatísticas de mortalidade".

Se em 1920 a preocupação previdente considerou necessária uma regulamentação para a construção de instalações para esporte, então hoje, baseado na evolução presente, ela é obrigatoriamente imperiosa, impreterível até. É significativo que essa necessidade hoje, em princípio não é motivada pelos representantes da educação física, mas pelo corpo médico. Como por um lado as estatísticas sanitárias revelaram impiedosa e irrefutavelmente os danos já ocorridos na cidade e no campo, constatando a sua origem, assim também, por outro lado a ciência médica, cada vez com mais intensidade, chamou a atenção para a importância fundamental da educação física e atividade recreativo-desportiva em todas as idades. Da plenitude de manifestações apresentadas por organizações altamente reconhecidas da previdência médica e por

(x) Nota na margem:
Danos da civilização 1960

capacidades médicas, reproduziremos como representativa somente uma opinião competente. Professor, Doutor em medicina, Doutor engenheiro honoris causa H. W. Knipping, Diretor da Clínica Médica Universitária, Kolônia: Prof. Dr. méd. Dr. ing. h. c. H. W. K. (x)

"Com a crescente tecnização, automatização e modernização a curva das moléstias do coração e da circulação, em tôdas as idades, subirá inexoravelmente. O resultado da crescente pobreza de movimentos é uma criatura espiritual e nervosamente supersolicitada, que paga pelo seu modo de viver com um prejuízo das funções cardíacas e circulatórias. O coração, por sua própria natureza, quer ser fisicamente onerado.

Movimento, jogos esportivos e esporte são, talvez, no conjunto de tôdas as nossas possibilidades profiláticas, os itens mais fortes. No fundo não se trata de terapia, mas de um restabelecimento das condições naturais.

A importância da recreação e do esporte vai aumentar na mesma medida que a automação e penetração da ciência na indústria diminuïrem a jornada de trabalho. Se ainda não tivéssemos o esporte, teríamos que inventá-lo para êste importante problema que já se encaminha ao nosso encontro. O esporte em dosagem individualmente adaptada é, além de tudo, em qualquer idade, um prazer que eleva a vitalidade física e espiritual, compensa tensões e, pura e simplesmente, dá uma disposição alegre e satisfeita".

O médico só pode descobrir as origens da doença e recomendar os meios e remédios que levem o paciente a melhorar. O paciente é tanto o cidadão isoladamente, como especialmente aqui a coletividade de superior à qual êle pertence: vila, município ou cidade de onde
(x) Prof. Knipping

Ele tem que trabalhar e viver. O cidadão isoladamente, as crianças, a escola, as agremiações e os grupos, todos eles, aos quais o médico indicou o caminho para a melhora, só o podem seguir quando a comunidade cria as condições para tal. De acordo com as posturas municipais é obrigação dos municípios "colocar as necessárias instalações públicas administrativas, sociais e culturais à disposição de seus habitantes". Por ocasião da notificação do Plano Dourado (Outubro de 1959) o professor Dr. h.c. Rudolf Hillebrecht, Hanôver, urbanista conhecido e reconhecido muito além das fronteiras da Alemanha, referindo-se ao Plano Dourado, expos, ante o Congresso da Sociedade Olímpica Alemã:

(x)

"Nossos interesses materiais geralmente são bem cuidados, seja pelas repartições competentes nas administrações, seja pelas organizações e agremiações dos diversos âmbitos de interesses. Mas, ao lado de todos os ramos dos serviços de abastecimento, habitacional, de transportes, de energia e da água, não há nenhuma organização firmemente estruturada de economia ou administração, que se importe com cuidados puramente humanos do tão seguidamente citado ponto central, o homem e o povo, a humanidade enfim. E as ciências também determinaram seus limites de tal forma, que pouco espaço ficou para o problema homem e ambiente, numa era das grandes transformações estruturais, quando se trata da aplicação prática dos múltiplos conhecimentos sobre o valor da recreação, jogos esportivos e esporte, já publicados e também bastante reconhecidos.

O local para a aplicação de nossos conhecimentos neste ramo central, o local, onde se criam as necessidades e carências, o local, dentro do qual as soluções têm que ser procuradas e achadas, é a cidade, a aldeia, a comunidade

(x) Prof. Hillebrecht - Recreação, jogos esportivos e esporte na urbanização.

na qual moramos, trabalhamos e vivemos. É pelo retrato ou caricatura que algum dia nossos municípios refletirão, pela medida do bem ou mal estar com que se pode viver em nossas cidades, pelo funcionamento ou não do organismo citadino, do seu caráter, biologicamente falando, tanto físico como psíquico, que, algum dia, nossa geração será julgada.

Parece-me que está na hora de dirigirmos toda a nossa atenção para o crescimento do nosso meio ambiente. Do contrário surgirá o perigo, que o relaxamento de tudo aquilo que além do trabalho e da profissão faz parte integrante da vida, mais ainda, é uma condição essencial para uma vida saudável e eficaz, ameaçará seriamente a produtividade no âmbito econômico. Recreação, jogos esportivos e esporte são as tais condições e mesmo que não sejam as únicas, o que ninguém afirma, são entretanto condições tão elementares para a saúde do povo, para a felicidade e bem-estar de cada um, que um atual e saudável acompanhar do crescimento das correspondentes instituições, como os órgãos do organismo citadino, deve ser uma preocupação séria daqueles que possuem consciência de sua responsabilidade para com o todo e um sentimento do dever além do interesse próprio.

(x) Com estas considerações, o Prof. Hillebrecht, entre outras coisas, aproveitou as conclusões da Carta Internacional do Urbanismo, na qual, logo após a 1^a guerra mundial, destacadas personalidades internacionais, estimuladas na Alemanha pelo então Conselheiro da Investigação do País, expuseram em formulação modelar, e direcional as pressuposições urbanísticas para um "residir" e "crescer" saudáveis. Prosseguiu então:

(x) Carta Internacional do Urbanismo.

"Este problema recreação, jogos esportivos e esporte, o problema "ser gente e permanecer gente" na atualidade tecnológica, são verdadeiros problemas sociais, problemas de caráter tão complexo quanto cardinal, problemas, que nos tocam a todos e que só poderão ser circunscritos e resolvidos quando forem atacados por tôdas as esferas, portanto, por municípios, Regiões e a União.

III

(x) Tanto quanto depois da 1^a como depois da 2^a guerra mundial os municípios, e aqui especialmente as cidades, não puderam ficar esperando pelo auxílio da União e Regiões, e nem o fizeram. Com a aplicação de quantias às vezes bem vultosas dos seus orçamentos, inúmeros municípios fizeram, pelo menos o mais necessário, para a criação de campos de esporte e recreação, ginásios, piscinas ao ar livre e cobertas. Apesar de tudo, isto foi feito em tal extensão, que o auxílio da Nação e das Regiões ocupou um lugar muito modesto. Considerando o volume do orçamento e as parcelas nele constantes para a construção de instalações para recreio e esporte, os municípios e especialmente as cidades, podem reivindicar para si, o crédito de terem no passado e no presente, sozinhos, no que era essencial, procurado fazer justiça às exigências relacionadas no Plano Dourado.(1)

As cidades seguiam com estas medidas, as propostas que o "Deutsche Stadtetag" publicou já em 30-11-1950. Estas se apoiavam no velho projeto de Lei para Instalações de Esporte do ano de 1920, por primeira vez ampliado por diretrizes para a construção de ginásios e piscinas cobertas. A orientação recomendada em 1950 citava

(x) Realizações dos municípios depois da 2^a guerra mundial.

(1) Citação do prefeito Heitz, de Offenburg, presidente da Comissão para Esporte do Conselho alemão das cidades, extraída do "Der Stadtetag", caderno 8, agosto 1961.

4m² de instalações para recreação e esporte e 0,1m² de área de ginásios por cabeça (cada escola de 8 turmas entre outras coisas, um ginásio) e uma piscina para inverno por cada 50.000 habitantes.

O Conselho da cidade entre outros, apresentou os seguintes motivos:

- (x) "As instalações para esporte pertencem à Previdência de Higiene. Aí as doenças são prevenidas. Com a prática do esporte caem os números de doenças de resfriados e tuberculose, o raquitismo desaparece. Em épocas de fome a alimentação de valor inferior é bem aproveitada pelo corpo em movimento. Os estímulos da luz, do ar e da água formam defesas. Portanto, menos encargo social e mais adjudicação de impostos. A construção de novos campos de esporte é uma medida de economia de uma administração financeira previdente. Os campos de esporte a serem construídos deverão servir à saúde das futuras gerações, deverão ajudar a eliminar os malefícios da fome, criar nova moralidade e decência e dar alegria..."

Inúmeras cidades seguiram êstes conselhos, inicialmente hesitantes em face da situação geral do pós-guerra, acelerando, porém, depois. Isto aconteceu particularmente a partir de 1955, após terem se juntado àquelas propostas ainda as "Normas do Conselho das Cidades (1) para a prática comunitária do esporte e mais tarde a União Alemã das cidades com as "Normas para o fomento do esporte comunitário" (2) também ter passado a lutar pelas mesmas metas.

(x) Normas do Conselho das Cidades e da União Alemã das Cidades.

(1) Íntegra, em sua nova redação de 10.5.58, no Anexo, pág. 38 e seguintes.

(2) Íntegra, em sua redação de 8.10.59, no Anexo, página 40 e seguintes.

IV

No mesmo espaço de tempo, especialmente por publicações da (x) Sociedade Olímpica Alemã por ocasião de seus congressos em Wuppertal, em 1953 e em Berlim em 1954, e igualmente através do DSB, chamava-se pública e insistentemente a atenção de que, em face dos crescentes males da civilização, tinha que ser feito muito mais em prol da promoção do esporte em todos os municípios, principalmente com a construção de instalações para recreação e esporte de todos os tipos. Os problemas inerentes ao assunto foram minuciosamente e repetidamente discutidos num constante e profícuo trabalho conjunto entre o DSB (Sociedade Olímpica Alemã) e todas as agremiações de vanguarda, isto é, o Conselho das Cidades, o Conselho Municipal, a União das Cidades e o Conselho Rural. Aí - 1954/55 - ficou evidente que todos os empenhos tinham que se orientar em direção a 3 metas.

19 - Os valores básicos para a avaliação de instalações para recreação, jogos esportivos e esporte de acordo com o tipo, número, tamanho e localização no plano diretor de construção local, tinham que ser revistos em face da evolução havida. Ao mesmo tempo tinham que ser consideradas as diversas condições em grandes e pequenos municípios.

Esses trabalhos foram começados em 1955 com a cooperação de (xx) numerosos especialistas em construções, em urbanização e administração, e terminados com a publicação, em 1956, das "Diretrizes para municípios com 5.000 e mais habitantes" (1) e, em 1959 para "Municípios com menos de 5.000 habitantes" (2).

(x) Trabalho preparatório para o Plano Dourado.

(xx) Plano diretor de construções das cidades.

(1) Publicado no Anexo, pág. 15 e seguintes.

(2) Publicado no Anexo, pág. 20 e seguintes.

Todas as agremiações de vanguarda e por último o Conselho Municipal (1961) aprovaram as diretrizes publicadas em 1959 "em forma de manuscrito".

Estas diretrizes estão hoje em vigor na forma em que foram publicadas no anexo e são válidas como fundamento para o planejamento de todas as medidas do Plano Dourado em cada Município.

2º - Para que se pudesse estabelecer a escala de grandezas de todos os compromissos para a construção de instalações de esporte dentro das fronteiras da União, era preciso estabelecer-se quantas instalações faltavam, comparando-se as existentes com todas as necessárias, consoante as diretrizes.

Isto ocorreu em 1959 em uma das primeiras investigações conjuntas da Sociedade Olímpica Alemã e do Conselho das Cidades. Em 1960 uma 2ª investigação conjunta da DOG (Sociedade Olímpica Alemã) e das repartições competentes nas Regiões, veio a complementar a primeira. Estas deram como resultado o seguinte deficit em todo o âmbito da República Federal:

	Custo construção:
(x) 31.000 <u>Pracinha de recreação infantil</u>	280 milhões DM
em zonas densamente habitadas - Tamanho médio: cerca de 800m ² - total: cerca de 24,8 milhões de m ² - m ² = 11,30 DM	
14.700 <u>Campos de esporte para escolas e uso geral</u>	1420 milhões DM
Tamanho médio: 8.500m ² - no total cerca de 125 milhões de m ² - m ² = 11,30 DM	
10.400 <u>Ginásios para educação física recreação e ginástica</u>	2110 milhões DM
especialmente para a educação física escolar. Tamanhos: de 10 x 18m até 18 x 33m - Tamanho médio cerca de 265m ² - m ² = cerca 765, - DM	

(x) Deficit 1959/60

5.500 Ginásios ou áreas para educação física 400 milhões DM

Também como ginásios para fins múltiplos e áreas para aulas de educação física - principalmente para uma parte das escolas pouco articuladas - Tamanhos: 80 até 180m² - Tamanho médio cerca de 120m² - m² = cerca 600, DM

2.625 Ginásios com piscina, ensino, instrução para curso de nataçao 475 milhões DM

Para escolas com mais de 13 turmas ou zonas escolares correspondentes em cuja proximidade não existem ou possam vir a existir piscinas. Tamanhos: 6 x 12,5m até 8 x 16 2/3m - Custo médio cerca de 180.000, - DM

2.420 Piscinas públicas 975 milhões DM

Cerca de 1475 - Tam. médio 800m² - m² = 400, - DM

Cerca de 920 - Tam. médio 1250m² - m² = 400, - DM

Cerca de 25 - Grandes piscinas a 2250m² cerca de 1,6 a 2,2 milhões DM.

435 Piscinas cobertas 655 milhões DM

dessas: 185 piscinas normais; 12,5 x 25m - cerca 2,2 milhões DM a 2,4 milhões DM

250 pequenas piscinas; 8 - 10m x 20m - cerca 800.000, a 900.000, - DM

6,315 bilhões DM

39 - Como os fundos à disposição dos municípios, de acordo com o atual orçamento financeiro, nem de longe são suficientes para cobrir, em um prazo previsível as quantias acima, tendo em vista os demais investimentos urgentes (arruamento, construção de escolas, serviços de abastecimento e trânsito, construções assistenciais e culturais) teve que ser encontrada uma forma para uma cooperação exigível por parte da União e das Regiões observadas as competências constitucionais.

Para este fimurgia primeiramente, discriminar, em nova pesquisa, por região o deficit constatado, na totalidade do País. Para isto considerou-se, tanto a diversidade da estrutura habitacional e cultural, os quadros de planejamento já existentes, como também os diferentes custos e modalidades de construção. O resultado serviu de base para o "Memorandum ao Plano Dourado", publicado em 1960. De acordo com este as necessidades financeiras (sempre em milhões) se revelou, para cada região como segue:

Bade-Vurtemberg	706	(x)
Baviera	838	
Hesse	492	
Baixa Saxônia	828	
Reno do Norte - Vestefália	2184	
Renânia - Palatinado	331	
Sarre	119	
Eslésvico - Holsácia	256	
Berlim	305	
Brema	74	
Hamburgo	182	
	<hr/>	
	6315	

V

Com estes elementos tornou-se finalmente possível à Sociedade Olímpica Alemã desenvolver o plano base programático para a solução do problema de uma suficiente, mas de forma alguma onerosa, assistência das Regiões através de instalações de recreio, jogos esportivos e desporto. Por ocasião da assembléia da Sociedade Olímpica Alemã, em 1959, ocorrida em Hanôver, seu presidente, Dr. Georg von Opel, (x) Necessidades financeiras em cada Região.

expôs:

"Já se poderia ter feito, no passado, muito mais neste (x) campo, se os municípios tivessem mais fundos à sua disposição, e se os municípios, preocupados com o financiamento de construções não lucrativas - e instalações de recreação, jogos esportivos e desporto são desse tipo - não fossem se desviando, de ano em ano cada vez mais para os serviços de dívidas, para cuja amortização incluídos os juros foram precisos, somente em 1958, 1 bilhão de DM. Com isto está praticamente alcançado o limite para o endividamento de município, e obstruído este caminho para a exigível intensificação das construções de instalações para desporto. O impossível, não deve ser pedido aos municípios. Com isto eu chego à essência, dizendo simplesmente: Quem deve pois custear isto?

Que não se tenha feito ainda considerações nesse sentido, pode ser causado por não se ter tido uma noção verdadeira das necessidades realmente existentes nesse campo - da mesma forma, por exemplo, com relação à implantação nas escolas de aulas diárias de educação física e jogos esportivos. Bem, esta investigação agora existe(1).... são entre tudo 6,3 bilhões DM. À primeira vista uma quantia aparentemente inacreditável. Mas nela se revela em algarismos em que extensão essas coisas foram relaxadas entre nós. Eu refleti longamente sobre se devíamos ou não trazer estas quantias à público. Elas poderiam desanimar a muitos! Mas - pergunto eu - Outros ficam desanimados, quando inscrevem suas necessidades no registro geral de tarifas municipais?

(x) Presidente da DOG Dr. Georg von Opel: Proclamação de um Plano Dou-
rado.

(1) Veja relação na página 13

E como forçam, às cotoveladas, quer por parte da causa em si, quer pelos seus representantes legais! Não seria apropriado usarmos os cotovelos para aqueles cuja causa quase sempre deixamos de ver ou aqueles que ainda não têm força nos cotovelos: isto é - nossos filhos, que já não mais sabem onde brincar de bola?"

(x) Dr. von Opel comparou então a quantia mencionada (6,3 bilhões para a construção de instalações de esporte) com as quantias, que, de acordo com o memorial das agremiações municipais de vanguarda (1) serão necessárias para outras obrigações dos municípios nos próximos 10 anos, como por exemplo: departamentos de abastecimento e trânsito: 12 bilhões; Construções assistenciais e culturais, Polícia, fomento econômico: 8 bilhões; canalização, retirada de lixo, combate a incêndios, fretes e carretos, matadouro e curral: 10,4 bilhões; construção municipal de estradas: 25 bilhões! Dr. von Opel continuou então:

"Ninguém discute a necessidade e urgência dessas obrigações! Mas o atendimento dessas necessidades não tem só então o verdadeiro sentido quando favorece a totalidade do povo em gozo de saúde?

Contra o que nos defendemos e, a partir de hoje defendemos ininterruptamente, é a postergação de nosso pedido para as últimas páginas do registro geral de necessidades!

Está na última hora para que se faça realmente algo decisivo em prol da recreação, jogos esportivos e desporto, e isto quer dizer que todas as repartições competentes de todas as esferas têm que pôr mais fundos à disposição dêsse obje

(x) Necessidade do investimento comunal, em 1958

~~(1) "Ninguém discute a necessidade e urgência dessas"~~
(1) "Propostas para o melhoramento das finanças municipais" da União nacional das associações municipais de vanguarda, maio 1958.

tivo. Mas isto significa que nós temos que romper finalmente este círculo infernal das assim denominadas e agora já difamadas competências! Este problema não pode parar ante as competências. E eu penso que a União, as Regiões e os municípios devem cair em si para, em cuidados conjuntos alienar os já reconhecidos prejuízos. Agora, depois que foi constatada toda a extensão dos estragos, e, do que é necessário para sua alienação, temos que apelar para os governos federal e regional no sentido de visar à solução global. Este apêlo também se dirige aos partidos e suas entidades parlamentares.

Nós convidamos portanto o Governo Federal, das Regiões e dos municípios a empreenderem em conjunto uma regulamentação do planejamento e do financiamento de instalações para recreação e jogos esportivos. A isto eu chamaria um Plano Dourado! Não porque êle reclama alguns fundos, mas porque, certamente, a saúde é um dos maiores bens da humanidade".

O motivo pelo qual a Sociedade Olímpica Alemã se preocupa com os problemas do planejamento para cidades e do financiamento da construção de instalações desportivas, e faz exigências de tamanho vulto, é justificado pelo vice-presidente da DOG (Sociedade Olímpica Alemã) Wilhelm Garbe, de Hanôver:

"Nenhum de nós vê sentido e juízo no fato de promovermos (x) e exaltarmos alguns atletas, quando a grande massa de nossa juventude se atrofia e os danos biológicos se acumulam - ou, com outras palavras: quando educação física, esporte e jogos esportivos, com suas energias promovedoras de saúde devem permanecer um privilégio de poucos. Em livrando-

(x) Vice-Presidente da DOG (Sociedade Olímpica Alemã) Wilhelm Garbe.

nos da falsa noção da idéia olímpica e em encarando valorosamente a dura realidade da nossa era, servimos melhor à ideologia olímpica do que todos os admiráveis recordes o poderiam fazer.

Sobre o largo fundamento de uma totalidade de jovens educados fisicamente na escola deverá estruturar-se algum dia um povo saudável. É de um povo saudável que se desenvolve o esforço consciente da competição esportiva. Dele crescem afinal os talentos como resultado de uma seleção natural. Esta é nossa noção da ordem olímpica".

Baseado nestas explicações programáticas foi desenvolvido (x) o "Memorandum ao Plano Dourado para a Saúde, jogos esportivos e recreação", que, em junho de 1960, foi dado a público (1). Com a compreensão de que os meios necessários para a eliminação do deficit não podiam ser postos à disposição "de hoje para amanhã" foi proposto um prazo de cerca de 15 anos, em face da avaliação real de todas as possibilidades econômicas, para a União, Regiões e municípios levantarem e aplicarem os fundos. Com isto considerou-se ao mesmo tempo, que tal prazo atenderia aos interesses dos municípios, no que tange a capacidade local de planejamento e de construção. Não se poderia assumir a responsabilidade por um prazo maior, porque, em vista dos danos biológicos hoje já constatados, as medidas promocionais chegariam muito tarde para a nova geração. Com suas propostas, a DOG (Sociedade Olímpica Alemã) seguiu as diretrizes, que já em 1912 e 1920 foram consideradas corretas, dando aos municípios através de normas uma que só poderia ser executada por eles e sob a sua própria responsabilidade, e ao mesmo tempo, pleiteando por uma ajuda decidida por parte da União e das Regiões, desta vez, não em forma de pro-

(x) Memorandum ao Plano Dourado 1960.

(1) Veja cópia no anexo, pág. 1 e seguintes.

jeto de lei, mas através de um apêlo, através de um "pedido insistente para, unidas as responsabilidades face ao futuro do nosso povo, enfrentarem suas necessidades comuns.

VI

Já depois de um ano verificou-se que o apêlo não fôra feito em vão. Numerosos municípios, grandes e pequenos, aumentaram seus programas de construções de instalações esportivas, outros com uma revisão começaram com novos e primeiros planejamentos. O desejo nos municípios, de cumprirem com as tarefas propostas, está indubitavelmente presente, como também o está a solicitude de incluir nos orçamentos as parcelas correspondentes.

- (x) Por outro lado também a União e as Regiões provaram seriamente estarem de acôrdo com as propostas do Plano Dourado, através de declarações inequívocas e aumentos de fundos dos municípios, havidos (em 1961) e prometidos (para 1962), para a construção de instalações esportivas. Nesse ponto tem que ser frisado que ambos, União e Regiões, já promoviam financeiramente as construções de instalações desportivas, nos anos imediatamente anteriores à proclamação do Plano Dourado. Os recursos da União destacados para êsse fim, chegaram nos anos orçamentários 1957-1959 a 5 milhões anuais e em 1960, a 10 milhões. Em quantias grandemente diferenciadas, certamente, constata-se um aumento semelhante nas Regiões, cujas dotações englobadas - 1959-1960 alcançaram cêrca de 95 milhões. Porém, para eliminar definitivamente o deficit descrito, dentro do prazo dado, êstes subsídios, repartidos entre tôdas as Regiões nem de longe bastavam.

- (xx) De acôrdo com o Plano Dourado espera-se, no decorrer de cêrca de 15 anos, da União, anualmente, cêrca de 85 milhões, e da to

(x) Realizações da União e dos Estados até 1960.

(xx) Propostas de financiamento ao Plano Dourado.

talidade das Regiões, cerca de 225 milhões. Estas dotações deverão ser conseguidas dos orçamentos correspondentes, a partir de 1964 e mantidos daí por diante. Que estas esperanças são justificadas trans parece das dotações incorporadas já para 1961 e que, importaram na União 20 milhões e nas Regiões cerca de 130 milhões. Já hoje (Setembro de 1961) pode-se reconhecer que estes aumentos terão continuidade em 1962. Mas com isto os municípios deveriam reconhecer, que através do Plano Dourado não lhes foram somente dadas obrigações, mas, que através dele foram conseguidos subsídios, que colocam os municípios em posição de cumprirem com estas obrigações. Isto deveria aumentar a alegre predisposição para o planejamento preparatório de cada município.

VII

(x) O progresso fluente do Plano Dourado parece garantido daí por diante através de uma série de atitudes inequívocas, dos governos, parlamentos e partidos.

(xx) A União Democrática-cristã exigiu no "Manifesto da CDU em Colônia" (1960):

".....

- 3º - jardins de infância e pracinhas de recreação;
- 4º - Construção de campos de esporte, ginásios e piscinas de acôrdo com o Plano Dourado. Criação e manutenção de regiões para repouso e excursões;
- 5º - Extensa ordenação de áreas, renovação de nossas cidades e aldeias, alívio das regiões aglomeradas, diminuição da densidade habitacional, mais áreas verdes em nossas cidades..."

(x) Atitudes
(xx) CDU

(x) O Partido Social-Democrático da Alemanha declarou no Congresso Extraordinário do SPD, em Bonn (1961):

"Para o aproveitamento razoável do tempo livre promoveremos esporte e os jogos esportivos, e as instalações necessárias para tal... e não só aprovamos o Plano Dourado com posto pela Sociedade Olímpica Alemã, mas ajudaremos ativamente a torná-lo uma realidade."

(xx) O congresso nacional de política comunal do Partido Democrático Livre declarou, em 1961:

"O Partido Democrático Livre vê no Plano Dourado a mais importante pressuposição para um desenvolvimento físico saudável da atual juventude. A par da aula diária de educação física na escola é absolutamente necessária a criação de instalações desportivas previstas no Plano Dourado. Nessas instalações cabe uma importância especial às instalações suficientes para a natação e as piscinas cobertas."

(xxx) O presidente do grupo CDU/CSU no Congresso da União, Dr. Heinrich Krone, expôs, por ocasião do congresso nacional da União Desportiva (10-12-1960):

"Não tenho dúvidas sobre o que eu, na posição que ocupo em Bonn, devo fazer. O grande "Plano Dourado" - e isto seja expressão formal - tem que ser realizado. E, em combinação com êle aquelas grandes obrigações, que, no campo da educação do físico e da saúde, estão nos colégios. Estas são as tarefas dos municípios, porém eu creio que também nisso a União deve ajudar, a fim de vencer a carência."

(x) SPD

(xx) FDP

(xxx) Dr. Heinrich Krone

(x) O professor Carlo Schmid declarou na mesma ocasião, pelo grupo do SPD:

"Hoje está assim, que nós temos de investir no esporte uma grande quantidade de idéias e dinheiro, se nosso povo deve manter tão somente sua substância biológica. A Sociedade Olímpica Alemã proclamou em Hanôver, em 1959, o Plano Dourado, sob o lema:

"Mais lugar para a recreação - Para a recreação mais fundos". Este plano não só apresenta a extensão do descuido em uma forma penetrante, como também as necessidades futuras. Nós estudamos esse memorandum cuidadosamente e reconhecemos desde logo a justiça, das exigências como do montante das quantias necessárias, e também as medidas propostas para a consecução dos fundos. A conferência político-comunal do SPD se bateu enfaticamente pela sua realização nos municípios. As conseqüências não faltarão. O Plano Dourado tem que se tornar uma dourada verdade esportiva alemã."

(xx) O presidente do Partido Democrático Livre, Dr. Erich Mende, reforçou nessa ocasião, como terceiro orador, as atitudes acima:

"A concordância de meus dois colegas, Dr. Krone e Prof. Schmid, em apoiarem o Plano Dourado, na íntegra, eu estendo também ad terceiro grupo do Congresso Alemão. Nós já nos havíamos comprometido. E eu sublinho: Nós queremos tratar, conjuntamente, de ~~formar~~ o Plano Dourado uma dourada verdade esportiva alemã."

(xxx) Além dos partidos e grupos do Congresso da União, os governos Federal e Regionais também concordaram com as propostas fei-

- (x) Prof. Carlo Schmid
(xx) Dr. Erich Mende
(xxx) Governo Federal

tas no "memorandum ao Plano Dourado" para um subvencionamento amplo.

(x) Numa conferência com personalidades representativas do esporte alemão (5-8-1960) o chanceler Dr. Konrad Adenauer garantiu o total apoio do governo para a realização do Plano Dourado. Nessa ocasião deu sua aquiescência, também na sua qualidade de presidente da União Democrática Cristã. Ante a reunião dos representantes federais da União político-comunal do CDU/CSU (Setembro 1960) Dr. Adenauer expôs:

"... Os senhores conhecem o Plano Dourado; sabem que ele, com previsão para uma série de anos, projetou uma abundância de campos de esporte e recreação em todos os municípios com a participação da União, das Regiões e das Comunas. Eu farei a minha parte para que o governo federal cumpra sua obrigação nesse plano, no qual, em nossa era aruinadora dos nervos, jamais poderá ser feito o bastante. Por obséquio, cuidem os senhores, que os municípios façam a sua parte, para que seja criado o que tem que ser criado para a recreação das crianças, dos cidadãos, das cidadãs nas suas horas de folgas, para que as pessoas permaneçam com saúde. Isto se consegue com muito menos dinheiro do que o necessário para tratamentos de saúde depois do adoecimento. Nossa população compreenderá isto, se os senhores se dedicarem intensamente ao assunto e estabelecerem um programa para a questão, cada qual em seu município..."

(xx) O Ministro do Interior, Dr. Schröder, em 10-12-1961 deu a seguinte explicação ante o Congresso do DSB:

(x) Chanceler Dr. Konrad Adenauer

(xx) Ministro do Interior Dr. Gerhard Schröder

"Este alto valor da educação física deverá ser tornado mais aproveitável do que até agora para a saúde do povo. Para cooperar com isso os senhores se propuzeram algumas coisas. Eu indico o "Plano Dourado" e o "Segundo Caminho". Essas duas pretensões podem ser denominadas como uma espécie de plano de ataque geral contra os males da civilização, decadência da atitude e invalidez precoce. Todos nós estamos preocupados com a saúde do povo, seriamente preocupados em vista dos danos na saúde de nossa juventude, e da frequência e precocidade com que aparece a invalidez para o trabalho, já na idade mediana. Educação física e esporte representam um meio excelente para combater êsses perigos. O Governo Federal já prometeu auxílio e fomento. Aumentou imediatamente para 20 milhões DM no orçamento de 1961, os fundos para o financiamento de vanguarda da construção de instalações para educação física, e esporte. Isto é certamente um bom princípio."

(x) Das atitudes e providências positivas dos governos regionais citaremos somente algumas, a título de exemplo. O governo Regional de Bade-Wurtemberg aumentou seu programa de fomento da construção de instalações desportivas nos municípios. No orçamento de 1961 a dotação para êsse fim foi aumentada de 12 para 16 milhões de DM. Para 1962 foram prometidos 20 milhões DM. O governo Regional de Hesse proclamou um programa de fomento ao esporte, nos moldes do Plano Dourado, o "Plano Vermelho-Branco" referindo-se às côres regionais de Hesse. Para isso foi concedida a dotação de 14,5 milhões (antigamente só 5,5) no orçamento de 1961 e para 1962 está previsto um aumento para 17,5 milhões.

(x) Governos Regionais

O governo regional da Baviera apresentou em fins de 1961 um plano de esportes regional, nos moldes do Plano Dourado, pelo qual junto com inúmeras outras medidas de fomento, pode-se esperar subsídios diretos e um aumento considerável de auxílios pelo serviço de férias, e ainda uma dotação orçamentária para 1962 de mais de 15 milhões para a construção de instalações desportivas comunais. O governo Regional da Baixa-Saxônia elevou em 1961, os subsídios correspondentes de 5,5 para exatamente 10,5 milhões de DM. Pode-se esperar um novo aumento para 1962. Todas as atitudes e medidas deixam entrever que as repetidas tentativas de, na História da Alemanha, darem à recreação, ao jogo esportivo e ao esporte a posição devida na política interna e dos municípios, dessa vez será conseguido graças ao Plano Dourado. A União e as regiões só podem, na verdade, auxiliar com subsídios. O verdadeiro campo de realizações está nos municípios. De limitar esse campo em suas múltiplas necessidades e sob pressuposições locais tão diferenciadas, esboçar as relações das tarefas mais urgentes e oferecer auxílios e referências é o sentido e tarefa deste livro.

VIII

(x) A apresentação do desenvolvimento da construção de instalações esportivas, da relação de tarefas do Plano Dourado e dos primeiros resultados positivos, não pode ser encerrada sem uma vista de olhos aos problemas futuros, na forma como passaram a se delinear depois do primeiro ano:

- 1º - A pesquisa da "existência" de instalações esportivas se baseia no levantamento do Departamento Federal de Estatística do ano de 1955. As construções e consertos havidos de 1955 a 1960 foram executados em colaboração com os departamentos correspondentes das Regiões, das

(x) Desenvolvimento Futuro

associações esportivas e comunais. É imprescindível rever em tempo o material estatístico que serviu de base, através de uma nova estatística geral, e isto, tanto da "previsão" como da "existência". Por isso, a Sociedade Olímpica Alemã em entendimento com os setores interessados, entrará em contato com o Departamento Federal de Estatística.

2º - Consoante proposta do Plano Dourado os subsídios da União e das Regiões são destinados somente às despesas das construções de cada unidade. A obtenção dos terrenos necessários, deve "em regra" competir aos municípios, que também são sózinhos responsáveis pelas despesas de assistência e manutenção. Na prática ficou evidente que em certos casos esta norma dificulta grandemente a boa marcha da realização. - Nos municípios grandes as despesas para obtenção de terrenos nos lugares certos são em parte consideráveis, especialmente nos antigos bairros populosos (em menor escala em bairros de urbanização recente). A criação dessas áreas exige mais emprêgo de capital justamente no que tange a aquisição do terreno, que, em determinados casos se elevam quase à altura das despesas da própria construção. Nesta brochura recomenda-se como tarefa mais importante reservar com antecedência as áreas necessárias. Como estas reservas de áreas nas cidades do interior não são prorrogáveis, criam-se, justamente nos primeiros anos de todo planejamento objetivado, despesas vultosas para a aquisição de terrenos. Estas circunstâncias levaram à reflexões para aliviar os municípios atingidos, não em geral, entre-

tanto, mas em casos especiais, de parte das despesas de compra de terrenos. O problema é conhecido. Certamente necessita para sua solução novas propostas.

3º - Nos pequenos municípios, especialmente naqueles até 5.000 habitantes, são mais as despesas de manutenção e assistências do que as de aquisição de terrenos, que impedem muitos vizes a execução do planejamento de ginásios e piscinas cobertas, mesmo as menores. Se estas são realmente sérias causas impeditivas para os municípios financeiramente fracos iniciarem a construção das instalações competentes de acôrdo com as diretrizes, dever-se-ia refletir também sobre a possibilidade de, nesses casos, manter uma parte dos subsídios à disposição como compensação, ou seja, ajuda.

4º - Desde os estudos dos dados iniciais básicos para o Plano Dourado os preços da construção entraram em alta *na América Latina (1959-1961) não se observou* uniformemente nas diversas regiões. Não há dúvida de que com isto também as importâncias mencionadas - nas pesquisas para o Plano Dourado, estão superadas para as necessidades totais, e têm que ser admitidas como sendo maiores.

(x) Já estes fatores fazem reconhecer no primeiro ano do decurso do Plano Dourado, que as disposições básicas como foram assentadas no Memorandum ao Plano Dourado, necessitam de tempos em tempos de revisão. O problema de um abastecimento suficiente da população com instalações de recreação e desportivas de todos os tipos é, tão variado no planejamento e financiamento e, em parte, ainda

(x) Necessidade de revisão constante.

tão necessitado de evolução, que exige constante observação, investigação e nova orientação. A par dos fatores acima citados, as questões do desenvolvimento dos tipos atualmente válidos de cada instalação, da construção mais econômica, em dados casos também a construção em série de edificações (também a pré-fabricação de partes) é o que, acima de tudo irão preocupar as pesquisas da construção de instalações desportivas. Por outro lado, com a prática surgirão novos problemas que, tornarão necessário complementações e melhoramentos. Nenhum destes problemas conhecidos e a se revelarem na continuação, deve, entretanto, impedir os municípios de atacarem imediatamente, com tôdas as forças aquelas tarefas que podem e devem ser atacadas desde já. Possibilidades para isto há muitas.

A observação do desenvolvimento total obriga a uma cooperação estreita de todos os setores, participantes. O Plano Dourado não é uma tarefa de uma organização, um partido ou governo. Ele é uma tarefa da coletividade na melhor acepção da palavra. A Sociedade Olímpica Alemã, de acôrdo com a promessa de seu presidente, fará sua parte para que este plano não permaneça apenas um plano. Ela está pronta para um trabalho em confiante cooperação com todos os setores que tenham a mesma concepção.